

“São Paulo é o estado que mais sofrerá”

Liege Albuquerque
de São Paulo

O impacto das medidas econômicas do governo federal sobre o estado de São Paulo parece preocupar mais os líderes governistas na Assembleia do que ao governador Mário Covas. Para Covas, dos efeitos do pacote, apenas um ponto causa preocupação: o impacto que vai causar na negociação da dívida do estado. “Espero que as medidas não sirvam para evitar que se aprove isso”, disse. Já para o líder do governo, deputado Paulo Kobayashi (PSDB), quando o presidente Fernando Henrique Cardoso fala em reduzir gastos e cortar orçamento, a tradução é que São Paulo vai ser o estado que mais vai sofrer com o pacote.

“Se 50% do PIB nacional são gerados no estado de São Paulo, o óbvio é que a recessão e o desemprego sejam sentidos no maior estado da federação”, considera Kobayashi. Para o deputado, já é “tradição” o estado ser o que mais sofre quando se fala em cortar despesas.

“Como os ministros entendem que este é o estado que menos precisa de dinheiro, os maiores cortes são usualmente em São Paulo”, observa. Outro deputado tucano, Sidney Beraldo, considera ser “natural” que os cortes no orçamento recaiam sobre São Paulo. “O que o governador não quer é fazer previsões catastróficas.”

Covas reafirmou sua aprovação ao pacote. “Era necessário ajuste fiscal, e algumas medidas já podiam ter sido tomadas no passado”, disse. Para o governador, mais do que as medidas do pacote, o preocupante é o aumento dos juros.

Para o líder do PT na Assembleia, deputado José Baccarin, a retração temida pelo governador já está acontecendo. “A arrecadação do ICMS já vem caindo”, afirma. Com o deputado, concorda seu colega Pedro Dallari (PSB). “A base da receita tributária do estado, ou 90%, é o ICMS, que tem relação direta com o nível do consumo da sociedade, que deve cair com o aumento dos juros”, explica.

Mas o governador não cogita de demissões. Desde o início do governo tucano, 116.543 funcionários do estado foram afastados – demitidos ou aposentados, o que aproximou os gastos com funcionalismo aos 62% previstos para este ano. A meta para 1998, antes do anúncio do pacote, é que os gastos com pessoal cheguem a 60% das receitas líquidas – parâmetro estabelecido pela Constituição e regulamentado pela Lei Camata.